

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA SALA DE AEE: UM ESTUDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JACARAÚ-PB

TRAINING OF TEACHERS WHO ACT IN THE AEE CLASSROOM: A STUDY IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF JACARAÚ-PB

Jaynne Silva de Oliveira

RESUMO

A presente pesquisa tem o intuito de abordar a formação dos professores que atuam na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Jacaraú-PB. Com isso, tivemos como objetivo analisar a formação dos professores que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB, e, especificamente, identificar a formação inicial e continuada dos professores que atuam na sala de AEE; relacionar a Política Nacional da Educação Especial com a formação desses profissionais e identificar o nível de satisfação desses profissionais com sua formação, vinculada com as especialidades encontradas na sala de AEE. A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Para a coleta dos dados, utilizou-se um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, sendo sujeitos da pesquisa 5 professoras que atuam nas salas de AEE. Os resultados indicam que as professoras que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB passam constantemente por processos de formação continuada, tanto por iniciativa própria, quanto da gestão da educação, se aperfeiçoando para, assim, melhor atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, as profissionais estão satisfeitas com seu processo de formação e se consideram aptas para atuarem, com qualidade, no AEE, sendo atores importantes no processo de inclusão no ambiente escolar.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

This research aims to address the training of teachers who work in the Specialized Educational Service (AEE) room in the municipality of Jacaraú-PB. With this, we aimed to analyze the training of teachers who work in AEE classrooms in the city of Jacaraú-PB, and, specifically, identify the initial and continuing training of teachers who work in the AEE classroom; relate the National Special Education Policy with the training of these professionals and identify the level of satisfaction of these professionals with their training, linked to the specialties found in the AEE room. The research takes a qualitative, descriptive approach. To catalog the data, a structured questionnaire with open and closed questions was used, with the research subjects being 5 teachers who work in AEE classrooms. The results indicate that teachers who work in AEE classrooms in the city of Jacaraú-PB constantly undergo continuous training processes, both on their own initiative and on the part of education management, improving themselves to better serve students with disabilities, pervasive developmental disorders and high abilities/giftedness. Furthermore, the professionals are satisfied with their training process and consider themselves capable of working with quality in AEE, being important actors in the process of inclusion in the school environment.

Key words: Teacher Training. Special Education. Specialized Educational Service.

Data de submissão 20.08.2024

Data de aprovação dia.mês.ano

Disponibilidade (endereço eletrônico do artigo, DOI ou outras informações relativas ao acesso do documento).

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central a formação de professores que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Assim, considera-se importante ampliar o conhecimento acerca da formação inicial, como também a formação continuada de modo a identificar fragilidades e propor melhorias. As discussões atuais sobre educação inclusiva, no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a educação especial, tem sinalizado a necessidade de ampliar as discussões acerca da formação dos professores que atuam nas salas de AEE.

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial de 2008, com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que a modalidade Educação Especial é destinada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

A história da educação especial no Brasil não é tão atual, inicia-se em meados do século XX, com a adesão do país a alguns marcos legais e históricos internacionais, a saber: a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU (1948); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Conferência Mundial Educação para Todos (1990), com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, com a Declaração de Salamanca (1994); e a Convenção de Guatemala (1999).

No Brasil, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a qual disciplina o AEE, e o Decreto nº 6.571/2008, que regulamenta as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na educação básica. Este ato normativo define o AEE com a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Levando em consideração a importância da formação dos profissionais da educação, enquanto diretriz das políticas públicas voltadas para a Educação Especial, nos propomos a investigar a formação dos professores que atuam na sala de AEE, partindo da seguinte questão de pesquisa: Quais/qual a formação inicial e continuada dos professores que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB?

Nesta pesquisa, objetivamos analisar a formação dos professores que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB, e, especificamente, identificar a formação inicial e continuada dos professores que atuam na sala de AEE; relacionar a Política Nacional da Educação Especial com a formação desses profissionais e identificar o nível de satisfação desses profissionais com sua formação, vinculada com as especialidades encontradas na sala de AEE.

Ao propor um estudo que trate da formação de professores, entende-se estar discutindo o processo de ensino aprendizagem na Educação Especial que, além de contribuir com as pesquisas sobre a formação de profissionais da área da educação, pode promover a melhoria das políticas públicas voltadas para a Educação Especial, justificando a relevância desta pesquisa. Além disso, destaca-se que não foram realizados ou identificados trabalhos acadêmicos que abordem sobre a formação dos professores no cenário desta pesquisa.

A respeito dos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Para orientar a discussão, o artigo está dividido em quatro seções nas quais o leitor será situado dos caminhos percorridos para se alcançar os objetivos.

Neste tópico introdutório, serão apresentadas a questão de pesquisa, os objetivos, o resumo das considerações metodológicas e a justificativa. No segundo, o leitor será situado sobre a formação dos professores que atuam nas salas de AEE a partir das discussões teóricas. No terceiro, serão abordados os procedimentos metodológicos. Em seguida, serão apresentados e analisados os dados empíricos. No quarto, serão expostas as considerações finais desta pesquisa, e, por fim, as referências bibliográficas.

Os resultados alcançados, a partir do desenvolvimento dessa pesquisa, apontam que os sujeitos da pesquisa passam constantemente por processos de formação continuada, tanto por iniciativa própria, quanto da gestão da educação, se aperfeiçoando para, assim, melhor atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, as profissionais avaliam de forma positiva seu processo de formação, acreditando que estão aptas para atuarem, com qualidade, no AEE, sendo atores importantes no processo de inclusão no ambiente escolar.

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nesta seção, recorreremos aos estudos sobre a formação dos professores que atuam nas salas de AEE, além disso, trazemos a discussão dos documentos que fundamentam o AEE, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional da Educação, as Diretrizes Educacionais que norteiam a Educação Especial e entre outros.

2.1 Educação especial e as salas de AEE

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que realiza o AEE, com disponibilização de recursos e orientação quanto ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. É papel dos profissionais que atuam nestas salas orientar, desenvolver e identificar meios que possibilitem a inclusão desses alunos no ambiente escolar, como também no social.

Assim, o AEE é uma temática em evidência, se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, tendo em vista o crescente número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço, principalmente após a publicação do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Segundo este, o AEE tem a função de “identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 8).

Acompanhando o processo de mudanças educacionais voltados para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (CNE, 2001, p1).

No contexto das políticas públicas voltadas para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, busca-se a organização das salas com recursos pedagógicos que são

indispensáveis neste processo, como também os recursos multifuncionais de apoio e a formação continuada do professor para que utilize os recursos e estratégias que promovam o desenvolvimento do aluno com maestria, possibilitando uma educação de qualidade. Dessa forma, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, em sua meta 4 destaca que:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 1).

Assim, a meta tem como princípio básico a garantia que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação tenham acesso às salas de AEE, preferencialmente, na rede regular de ensino. Dessa forma, a meta 4 estabelece que avancem no ensino e favoreçam o atendimento eficaz das necessidades específicas dos alunos.

2.2 Formação de professores que atuam na sala de AEE

Ao discutir sobre a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, se tinha uma grande preocupação em relação à formação dos professores. Assim, a falta de formação para trabalhar com alunos com deficiência na escola é um dado constantemente coletado e relatado por pesquisadores desta temática, conforme Fernandes (2014).

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento da Educação Básica (2008), para atuação nas salas de AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada, além disso, o documento propõe algumas atribuições desses profissionais, a saber:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (BRASIL, 2008, p. 4).

Além dessas orientações que norteiam as atribuições estabelecidas através das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento da Educação Básica (2008), o AEE é assimilado como um conjunto de serviços e atividades educativas e pedagógicas ofertadas aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Desta forma, um novo olhar “para a educação está alicerçada numa sociedade inclusiva, democrática, globalizada, de conquistas individuais e de direito de oportunidades nas diferenças” (MATOS; ALMEIDA; SANTOS, 2015, p.32).

Através disso, é previsto o trabalho com os alunos no horário de contraturno, com intuito de subsidiar a formação e a colaboração do professor da sala regular, além da elaboração de materiais pedagógicos para uso em sala de aula, orientação com a família e articulação com outros profissionais, responsáveis pelo atendimento das crianças.

Ademais, para que o professor desempenhe sua função dentro de cada necessidade que o aluno precisa, desde o trabalho direto com o aluno, articulação com a família e orientação do professor da sala regular, entendemos que sua formação precisa ser suplementada através de formações continuadas e atividades pedagógicas que desempenhem um papel específico. Com isso, buscamos nos nortear nos documentos formativos que definem a formação necessária para os professores que atuam nas salas de AEE, a saber:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. (BRASIL, 2008, p. 17-18).

A Resolução do MEC nº 4 de 2009, estabelece que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial” (BRASIL, 2009, p. 3). Dessa forma, não há nos documentos formação específica para atuar nas salas de AEE, mas é necessário como formação base licenciatura, com especialização em Educação Especial.

O decreto nº. 6.571 de 2008, assegurou a “formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado.” (art. 3º, §2) e a resolução nº 04 de 2009, em seu art.12º, dispôs sobre a necessidade da formação inicial para habilitar o professor para o exercício da docência, com formação específica para a educação especial. Conforme afirma Poker (2003, p.41):

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos.

Portanto, ao evidenciar sobre a formação dos professores que atuam nas salas de AEE, é interessante destacar a motivação que o professor possui em buscar estratégias e metodologias diferenciadas para atender adequadamente a cada aluno. Feito isso, passaremos para a próxima seção na qual será abordada os caminhos metodológicos percorridos nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente seção, esclarecemos o caminho até se chegar ao nosso objeto de investigação. Assim, explicamos o delineamento da pesquisa, seguido do detalhamento de coleta de dados.

Essa investigação é delineada como qualitativa devido à natureza do fenômeno que se propõe a investigar, que não se pode quantificar. No campo da abordagem qualitativa, que “se fundamenta em uma perspectiva interpretativa centrada no entendimento do significado das ações de seres vivos, principalmente dos humanos e suas instituições” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 34), logo, com este tipo de pesquisa, pode-se detalhar as situações, eventos, circunstâncias e manifestações consequentes, o que traz grande abrangência para o entendimento do fenômeno pesquisado.

De acordo com Creswell (2007, p. 187):

A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. Os métodos de coleta de dados estão crescendo e cada vez mais envolvem participação ativa dos participantes e sensibilidade aos participantes do estudo.

Para a obtenção dos dados e atendimento dos objetivos da pesquisa, adotou-se o questionário, pois nos possibilitou descrever o conhecimento da linguagem do próprio sujeito, bem como o entendimento de como esses sujeitos interpretam as questões requeridas. O tipo de questionário escolhido foi o estruturado, com um roteiro de questões fechadas e abertas, onde o participante só tinha como escolher uma resposta ou, em alguns casos, dissertar sobre alguma questão específica. Este questionário foi criado e aplicado de forma online, através da *Google Forms*. Assim, “entende-se por questionário um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2008, p. 114). O mesmo autor ainda acrescenta que é um meio mais barato e rápido para obter as informações, visto que, não necessita de treinamento para que o sujeito responda a pesquisa e garante o anonimato.

Desse modo, o instrumento de coleta de dados, o questionário, foi elaborado com 17 (dezessete) questões, que trataram de escolaridade, sexo, idade e do objeto de estudo. O questionário foi enviado aos professores, por meio de *e-mail*, *Whatsapp*, bem como, visita ao local de trabalho com o questionário impresso, para aqueles que tivessem dificuldade em manusear a plataforma *Google Forms*, no período de 30 de junho a 15 de julho de 2024.

Na busca pelos professores que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB, em escolas da zona urbana e da zona rural, constatou-se que o município possui 5 (cinco) professores em atuação nessas salas. Assim, os professores foram contactados para a apresentação da pesquisa, do objeto de estudo, das questões éticas, bem como foi feito o esclarecimento da não existência de resposta correta ou errada, mas da importância da opinião dos sujeitos sobre o que está sendo investigado.

Para análise e interpretação dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo, muito usada em pesquisas da área educacional e social, sendo uma técnica que estuda as formas de comunicação verbal ou não verbal (BARDIN, 2010). Assim, após a coleta de dados do material, dados foram sistematizados em gráficos. A partir daí, buscou-se criar cuidadosamente o plano de análise com a organização dos dados em categorias temáticas para que abrangessem e alcançassem os objetivos de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Jacaraú-PB está situado no litoral norte paraibano, possui aproximadamente 14.467 habitantes, sua distância até a capital paraibana, João Pessoa, é de 96km. Além disso, este município é bastante conhecido pelo cultivo do cajú e a comercialização

da castanha de caju.

No município pesquisado há 16 (dezesseis) escolas da Rede Municipal de Ensino, e apenas 5 (cinco) professores que atuam nas salas de AEE, estes atuam nas escolas que possuem mais de 200 (duzentos) alunos, sendo 3 (três) localizadas na zona urbana e 2 (duas) na zona rural.

Segundo os dados do Censo Escolar (INEP, 2022), o município atende 2.775 (dois mil setecentos e setenta e cinco alunos) da creche aos anos finais do ensino fundamental, e possui 106 (cento e seis) docentes que atuam na educação básica, além disso, possui cerca de 85% de aprovação dos alunos e sua média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 é de 5,0, o qual a meta era 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental, e, nos anos finais do ensino fundamental a média é 4,6, embora a meta fosse 4,8.

É importante salientar que, segundo as avaliações do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, o Sistema Municipal de Ensino de Jacaraú-PB, em termos de referência da Educação Básica, está entre as melhores avaliações do Vale do Mamanguape, em ensino do Ensino Fundamental Anos Iniciais, portanto, referência em educação das cidades da região. Em relação à estrutura escolar, todas as escolas no sistema municipal de ensino passaram por uma reforma e/ou reestruturação dos prédios, padronizando e possibilitando uma estrutura física adequada para uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A Rede Municipal de Ensino, na qual a pesquisa está situada, não possui um plano ou modelo para a formação dos profissionais, mas constantemente oferece formações continuadas. O vínculo empregatício dos professores das salas de AEE é de natureza estatutária, embora o concurso prestado tenha sido para professor classe A. A partir do momento que se tornou obrigatório as escolas possuem salas de AEE, as professoras participantes da pesquisa buscaram especialização em psicopedagogia e posteriormente em AEE, sendo designadas para atuarem nas salas de AEE.

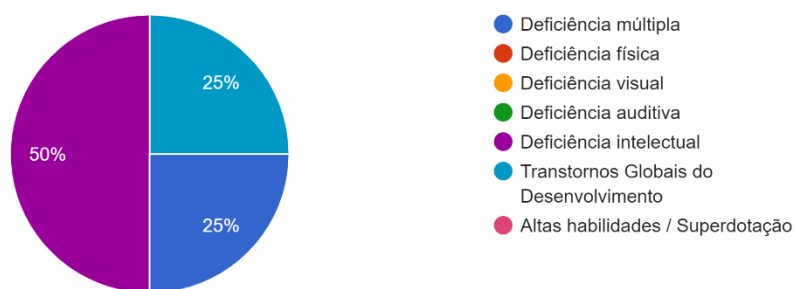
Dessa forma, o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa é o seguinte: 100 % (cem por cento) se identificam como mulheres, com idade entre 25 (vinte e cinco) anos a 45 (quarenta e cinco) anos, considerando-se 60% (sessenta por cento) brancas e 40% (quarenta por cento) pardas, 60% (sessenta por cento) das entrevistadas possuem vínculo efetivo estatutário, enquanto 40% (quarenta por cento) são servidoras por contrato temporário

Em relação ao tempo em que atuam na docência, 60% (sessenta por cento) asseveraram que possuem mais de 16 (dezesseis) anos atuando na docência, 20% (vinte por cento) possuem entre 6 (seis) a 10 (dez) anos de atuação na docência e 20% (vinte por cento) possuem entre 0 (zero) a 5 (cinco) anos de atuação na docência. As participantes foram questionadas há quanto tempo atuam no Atendimento Educacional Especializado, 40% (quarenta por cento) afirmaram que atuam entre 0 (zero) a 5 (cinco) anos, já os outros 60% (sessenta por cento) atuam acima de 6 (seis) anos.

Quanto a sua atuação, todas afirmaram que ocorre nas salas específicas de AEE. Entende-se por salas de Atendimento Educacional Especializado um ambiente adaptado e favorável para a aprendizagem, que promovam a inclusão dos alunos com deficiência e possibilite um processo de interação, ensino e aprendizado eficaz. Segundo Baptista (2011) descreve que pesquisas realizadas em diferentes localidades do nosso país afirmam que as salas de recursos multifuncionais para a escolarização de pessoas com deficiência ocorrem em espaços apropriados. Tais afirmações compreendem em possibilitar cada vez mais um espaço adequado para atender os alunos com deficiência.

A seguir são apresentados pontos mais específicos da atuação como docente nas salas de AEE conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Deficiências que têm mais recorrência nas salas de AEE



Fonte: Elaboração própria (2024).

No Gráfico 1, se observa os tipos de deficiências recorrentes no atendimento educacional das professoras, sendo 50% (cinquenta por cento) pessoas com deficiência intelectual, 25% (vinte e cinco por cento) pessoas com deficiência múltipla e 25% (vinte e cinco por cento) transtornos globais do desenvolvimento. Assim, a política nacional de atendimento educacional especializado define como público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

De forma mais detalhada, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, especifica esse público como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1).

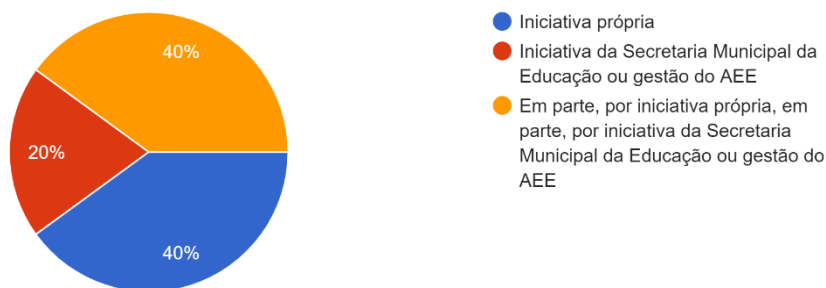
Com isso, o AEE tem a função complementar ou suplementar à formação dos alunos, especificando que este serviço tem como função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 15).

As profissionais foram questionadas sobre fatores desfavorecem e fatores favorecem sua atuação nas salas de AEE, de forma geral, responderam que a falta de contribuição da família desfavorece o aprendizado dos alunos, como também, sua atuação na sala de AEE, uma vez que, a parceria da escola e da família é benéfica e favorável para o desenvolvimento e o aprendizado dos alunos com deficiência.

Já os que favorecem são as formações continuadas oferecidas pela Prefeitura Municipal de Jacaraú-PB, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que possibilitam uma formação continuada para essas professoras, assim como planejamento para a construção de materiais pedagógicos. É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Jacaraú-PB não possui um plano para a formação dos professores, mas constantemente oferece essas formações aos seus profissionais.

Acerca da formação dessas profissionais, identificou-se que 60% (sessenta por cento) são especialistas, 20% (vinte por cento) mestres e 20% (vinte por cento) doutoras, os sujeitos da pesquisa ainda asseveraram que, ao ingressarem no AEE, já possuíam formação específica para a atuação. Em seguida, buscamos compreender a motivação de sua participação nas formações continuadas, como observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Motivação para participação em ações de formação continuada para o AEE



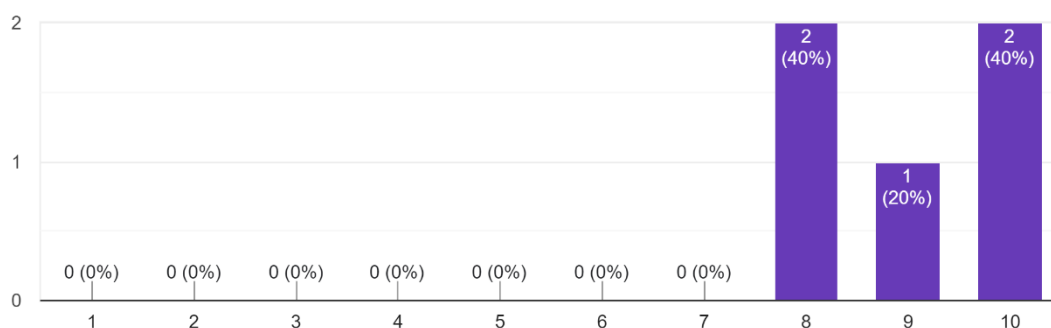
Fonte: Elaboração própria (2024).

No Gráfico 2, se observa a motivação dessas profissionais para participarem de ações de formação continuada, as quais apontaram que, em 40% (quarenta por cento) é proporcionada por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação ou gestão do AEE, 40% (quarenta por cento) em parte por iniciativa própria e em parte por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação ou gestão do AEE, e 20% (vinte por cento) por iniciativa própria. Dessa forma, destacamos que a Secretaria Municipal de Educação do município de Jacaraú-PB proporciona oportunidades de participação em formações continuadas aos professores, sejam elas oferecidas pela própria secretaria ou por iniciativa própria.

As profissionais foram questionadas sobre as melhorias das formações continuadas e afirmam que, para possuir eficácia em sua formação, é necessário formar os cuidadores dos alunos com deficiência, principalmente, aos que têm transtorno global do desenvolvimento, e, em conjunto, possibilitar um desenvolvimento adequado aos alunos. Diante disso, entendemos que as entrevistadas não entenderam o questionamento e responderam em relação a sua atuação na sala de AEE que possuem sentidos diferentes com o que foi indagado.

Logo depois, foi questionado em relação a como avaliam sua formação para a atuação nas salas de AEE, como observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Quanto se sente preparado para atuação no AEE

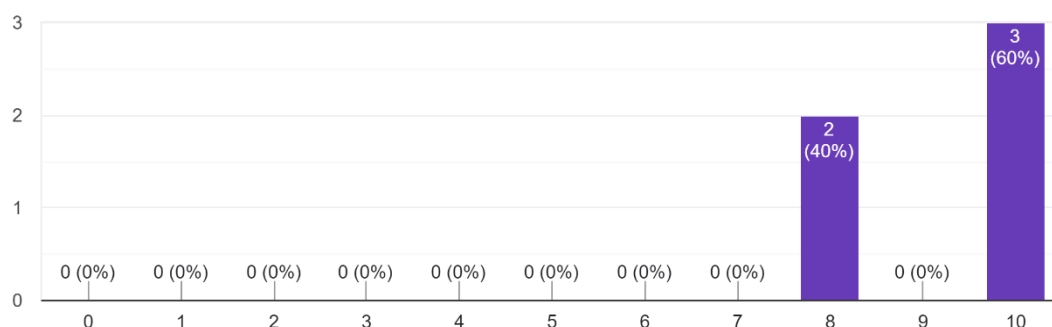


Fonte: Elaboração própria (2024).

No Gráfico 3, se observa o quanto as professoras se sentem preparadas para atuar nas salas de AEE, sendo que 2 (duas) deram nota 8 (oito), 1 (uma) deu nota 9 (nove) e 2 (duas) deram nota 10 (dez). Nesse sentido, existe uma avaliação positiva quanto a preparação dessas profissionais para atuar nas salas de AEE, uma vez que, como observado nessa pesquisa, essas profissionais buscam estar se atualizando para melhor promover um ensino, aprendizagem e desenvolvimento de qualidade. No último questionamento, se buscou compreender a satisfação

para atuar na sala de AEE, como observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Nível de satisfação com sua formação para atuação no AEE



Fonte: Elaboração própria (2024).

No Gráfico 4, se observa o nível de satisfação para sua atuação no AEE, sendo 60% (sessenta por cento) das entrevistadas deu nota 10 (dez) e 40% (quarenta por cento) deu nota 8 (oito), mais uma vez se observou que estes profissionais possuem uma satisfação positiva com sua formação para sua atuação nas salas de Atendimento Educacional Especializado.

Portanto, é notório que as professoras que atuam nas salas de AEE do município de Jacaraú-PB sempre estão buscando melhorias quanto a sua formação profissional, se aperfeiçoando para, assim, melhor atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além disso a Secretaria Municipal de Educação sempre promove formações continuadas, possibilitando ainda mais esta busca por conhecimento e a eficácia na inclusão social por meio do ensino público da cidade de Jacaraú-PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos dessa pesquisa, ficou evidente que as professoras investigadas possuem vasta formação continuada na área da educação especial e inclusiva. Além disso, observa-se que estas estão sempre buscando qualificação, por iniciativa própria e por estímulo da gestão da educação, para que seu trabalho seja eficiente e promova um ensino e aprendizagem de qualidade.

Assim, as análises comprovaram que as professoras investigadas possuem uma formação satisfatória, todas possuem formação superior conforme preconizado pela Política Nacional da Educação Especial, ou seja, com licenciatura e especialização em Educação Especial, além de estarem em constante aprendizado para melhor atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Ademais, quanto ao nível de satisfação dessas profissionais com a sua formação, constatou-se que avaliam positivamente a sua formação e se sentem aptas para atender os alunos matriculados nas salas de AEE, configurando-se como atores estratégicos no processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.17, p.59-76, 2011.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2 de 11 de setembro. **Institui Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 2001.

_____. Portaria normativa n. 12 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a criação do “Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial”**. Ministério da Educação, 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial**. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2009.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96. Brasília, 1996.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, A. C. L. Educando para a diversidade: a formação do Enfermeiro com vistas à educação inclusiva. **Dissertação** (Mestrado em Saúde e Sociedade). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade. Mossoró, 2014.

MATOS, M. A. S.; AMEIDA, L. S. C.; SANTOS, L. M. Educação Especial, Cidadania, Diversidade e Educação Inclusiva: Formação de Docentes e Pesquisadores. In: _____. **Educação Inclusiva e Políticas Públicas: Pesquisas Contemporâneas no NEPPED/FACED/UFAM**. Vitória: Manaus, 2015.

POKER, R. B. **Pedagogia inclusiva: nova perspectiva na formação de professores**. Educação em Revista, Marília, n.4, p.39-50, 2003.